



Relatório da Diretoria
 Sumaré, 01 de abril de 2022

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2021	2020
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.823	96.795
Contas a receber de clientes	5	140.507	108.941
Estoques	6	76.876	69.344
Mútuos com partes relacionadas	7	10.948	34.174
Outros ativos	8	29.451	23.283
Tributos a Recuperar - CSL/IRPJ	8	4.960	9.768
Outros créditos		3.917	2.488
		317.482	344.792
Não circulante			
Depósitos judiciais	15	849	1.195
Tributos a recuperar	8	1.719	1.587
Investimento		16.203	3.375
Imobilizado	9	364.636	278.938
Intangível		9.313	9.313
		392.720	294.408
Total do ativo		710.202	639.200
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	126.294	87.510
Empréstimos e financiamentos	11	123.739	79.300
Salários e encargos sociais	12	20.570	20.797
Tributos a recolher	13	6.529	4.053
Dividendos a pagar	14	1.945	3.414
Outros passivos		19.157	17.007
		303.234	212.341
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	124.477	169.550
Provisões para processos judiciais	15	9.090	10.911
Tributos a recolher	13	383	625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	20.856	18.835
Outros passivos		44	276
		154.800	200.197
Total do passivo		458.034	412.538
Patrimônio líquido			
Capital social		81.423	81.423
Reserva de capital		262	262
Ajustes de avaliação patrimonial		26.763	27.565
Reserva de lucros		143.670	117.412
Total do patrimônio líquido		252.118	226.662
Total do passivo e do patrimônio líquido		710.202	639.200

Demonstração do resultado			
	Nota	2021	2020
Receita líquida		18.123.520	1.141.083
Custo das vendas	19	(860.940)	(740.113)
Lucro bruto		374.580	400.970
Despesas com vendas	19	(233.260)	(229.972)
Despesas gerais e administrativas	19	(40.271)	(37.580)
Outras receitas operacionais, líquidas		9.025	1.192
		264.525	(266.630)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		110.055	134.340
Despesas financeiras	20	(18.012)	(14.660)
Receitas financeiras	20	4.556	4.850
Variações monetárias e câmbios, líquidas	20	1.212	1.038
Resultado financeiro		(12.245)	(8.719)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		97.811	125.622
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(13.971)	(28.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(2.021)	(223)
Lucro líquido do exercício		81.819	96.980
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração do fluxo de caixa			
	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		97.811	125.622
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	9	18.074	17.635
IR/CSL - Diferidos	5	(2.021)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(479)	222
Provisão para obsolescência de estoques	6	(161)	463
Provisão para contingência	15	(1.821)	427
Juros sobre empréstimo a partes relacionadas	7.b	(829)	(2.210)
Juros sobre empréstimos		16.009	11.580
Baixa líquida do ativo imobilizado		2.773	67
		129.536	153.806
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(31.088)	(8.951)
Estoques		(7.370)	(21.907)
Tributos a recuperar		(1.492)	30.162
Depósitos judiciais		346	236
Outros ativos		(1.431)	(136)
Fornecedores		38.784	11.340
Salários e encargos sociais		(227)	4.179
Tributos a recolher		(11.149)	(38.810)
Outros passivos		1.918	869
Caixa gerado pelas operações		117.647	130.786
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.930)
Juros pagos		(13.913)	(14.344)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		103.734	113.512
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(106.545)	(34.425)
Aporte de capital em investida		(12.828)	(599)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		-	16.984
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(119.373)	(18.040)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos		(77.957)	(105.515)
Ingressos de empréstimos e financiamentos		75.227	130.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos - antecipação		(18.997)	(37.206)
Dividendos pagos - exercício anterior		(8.066)	(14.522)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(30.333)	(27.243)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		45.972	68.229
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		96.795	28.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		50.823	96.795
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração das mudanças no patrimônio líquido							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	81.423	262	1.035	62.963	28.499	36.798	210.980
Destinação de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	32.050	-	(36.798)	(36.798)
Constituição de reserva de Incentivo	-	-	-	-	(933)	933	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	-	96.980	96.980
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(8.991)	(8.991)
Destinação do lucro:							
Dividendos	-	-	-	-	-	21.363	21.363
Juros sobre capital próprio	81.423	262	1.035	95.013	27.566	(21.363)	226.662
Em 31 de dezembro de 2020	81.423	262	1.035	95.013	27.566	21.363	226.662
Destinação de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	33.710	-	(33.710)	-
Constituição de reserva de Incentivo	-	-	-	-	(803)	803	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	-	81.819	81.819
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(25.445)	(25.445)
Destinação do lucro:							
Dividendos	-	-	-	-	-	9.555	9.555
Juros sobre capital próprio	81.423	262	1.035	128.723	26.763	(13.912)	252.118
Em 31 de dezembro de 2021	81.423	262	1.035	128.723	26.763	13.912	252.118
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

1. Contexto operacional. ("Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Rolândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia. A Companhia possui participação societária da totalidade das quotas da empresa Selmi Participações Imobiliárias Enrel que foi constituída com o objetivo de controle e gestão de ativos imobiliários do grupo e possui substancialmente terrenos registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Efeito da Covid-19 nas demonstrações financeiras: A Companhia vem adotando medidas de prevenção e contenção à Covid-19, seguindo as recomendações de autoridades de saúde. Ao final de fevereiro de 2020 intensificamos nossos procedimentos de precaução, orientação, divulgação de informações, e iniciamos processo de implementação de medidas conservadoras com o objetivo de evitar, dentro do possível, a disseminação da doença junto a colaboradores e familiares. A Companhia permanece atenta e se mantém monitorando com os possíveis riscos que possam afetar suas operações. Essas medidas foram de extrema importância quando o governo através do Decreto 10.282/20 de 20 de março de 2020 declarou o setor alimentício como atividade essencial (produção de alimento, combustível, energia e insumos para essas atividades e serviços de saúde). Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pudessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transação ou os CPCs. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 31 de março de 2022. **2.2. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. **a. Receita:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em: (i) **Identificação do contrato:** Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender 4 critérios: (i) reconhecimento da contraprestação é provável; (ii) o contrato tem que trazer substância comercial; (c) poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e (d) um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas (ii) **Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato:** Nesta etapa, a entidade identifica todos bens prometidos e avalia se esses bens constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponíveis para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato. (iii) **Determinação do preço de transação:** Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens para o cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou em uma combinação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais. (iv) **Alocação do preço da transação:** Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá aloca esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem para clientes em situação semelhante. (v) **Reconhecimento da receita:** A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendadora cumprir sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. **c. Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos com partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente convertíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Créditos com partes relacionadas - referem-se a empréstimos feitos aos acionistas, sobre os quais incidem juros remuneratórios. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos de dívida). (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução o valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução do valor recuperável - ativos financeiros:** A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não deduzidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outros melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5. (iii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: (i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não reconhece nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o designo inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contratuais, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 11. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante sem termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (ii) **Compensação de Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.4. Imobilizado:** Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos em um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	Terrenos		Edificações e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Veículos		Móveis e utensílios		Total em operação		Obras em andamento		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Em 1º de janeiro de 2020															
Saldo inicial	18.722	89.593	124.548	6.204	927	241.071	30.457	271.528							
Aquisição	-	63	8.698	640	374	10.466	14.646	25.112							
Alienação	-	-	-	(67)	-	(6									



continuação

2022	-
2023	44.016
2024	33.794
Após 2024	46.667
	124.477

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelos próprios bens financeiros, por contas a receber de clientes e por avais dos acionistas da Companhia. **Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia realizou uma captação de recursos via mercado de capitais, através da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA, através da ARES Serviços Imobiliários Ltda. na qualidade de subscritora das debentures e da Apice Securitizadora S.A. na qualidade de interveniente anuente. A operação, no montante de R\$ 150.000, possui remuneração de CDI +2,25% a.a. e prazo final de vencimento em 14 de setembro de 2022. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	2021	2020
Saldo inicial	248.850	227.129
Captações	75.227	130.000
Provisão de encargos	16.009	11.580
Amortização do principal	(77.957)	(105.515)
Pagamento de juros	(13.913)	(14.344)
Saldo final	248.216	248.850

resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.786)	(14.199)
Diferenças de taxas de depreciação (vida útil)	(15.638)	(15.310)
Provisão para processos judiciais	3.091	427
Provisão para perdas esperadas de créditos	597	222
Provisão para perdas nos estoques	321	463
Outras diferenças temporárias	4.559	9.562

Ajuste de avaliação patrimonial
Diferenças de taxas de depreciação (vida útil)
Provisão para processos judiciais
Provisão para perdas esperadas de créditos
Provisão para perdas nos estoques
Outras diferenças temporárias

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos
A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	(18.835)	(18.613)
Movimentação	(2.021)	(223)
Em 31 de dezembro	(20.856)	(18.835)

O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2021 no montante de R\$13.783 (R\$14.199 em 2020), refere-se ao efeito tributário do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (deemed cost) no montante de R\$41.762 (R\$40.546 em 2020) e às diferenças entre as taxas de depreciação utilizadas para fins fiscais e aquelas calculadas de acordo com as vidas úteis dos bens, utilizadas para fins contábeis. Abaixo é apresentado a conciliação entre o lucro contábil e a despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.811	125.622
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes - 34%	(30.007)	(42.711)
Juros sobre o capital próprio	3.249	3.023
Incentivo fiscal (Lei do bem e subvenção investimento)	11.461	11.698
Diferenças permanentes	2.554	(652)
Despesa Corrente	15.992	28.642
Aliquota efetiva	(13.971)	(28.419)
Diferido	(2.021)	(223)

17. Patrimônio líquido
a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social está dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	2021	2020
Paradela Participações S.A.	359.964	359.963
Selpar Participações S.A.	86.391	86.391
Ricardo de Oliveira Selmi	176.550	176.550
Piciorrana Participações Ltda.	194.148	194.148
Zigurate Participações Ltda.	1.177.016	1.177.016

b. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto Social assegura aos acionistas o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. A Administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$9.555 (R\$8.891 em 2020).

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	81.819	96.980
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	802	933
Constituição de reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	82.621	97.913

Dividendos
Do exercício (25.445) (35.609)
Juros sobre o capital próprio (9.555) (8.891)
35.000 44.500

Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício
42,36% 45,45%

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

d. Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R\$ 13.913. A Administração da Companhia propôs em Assembleia Geral Ordinária a destinação da reserva de lucros remanescentes na forma de dividendos adicionais para compensação com os mútuos ativos (Nota 7), sem que ocorra o desembolso de caixa em relação a essa destinação. **e. Reserva de incentivos fiscais:** A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subvenção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

18. Receita
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Receita bruta de venda e revenda de Massas	819.592	773.747
Receita bruta de venda e revenda de Biscoito	330.478	275.517
Receita bruta de venda e revenda de Empacotamento	107.661	120.846
Receita bruta de venda e revenda de Instantâneo	109.195	88.186
Receita bruta de venda e revenda de Bolos	17.813	16.441
Receita bruta de venda e revenda de Outros	1.505	1.353
Total receita Bruta	1.386.244	1.276.090
Impostos sobre vendas	(110.688)	(96.221)
Devolução de vendas	(23.653)	(24.379)
Desconto sobre vendas	(16.383)	(14.407)
Receita líquida	1.235.520	1.141.083

19. Despesas por natureza

	2021	2020
Matéria-prima aplicada	642.585	529.038
Custo de revenda	46.622	42.441
Gastos gerais de fabricação	101.826	97.680
Salários e ordenados	112.823	111.543
Depreciação	17.586	17.641
Serviços profissionais por terceiros	70.593	68.275
Despesas com fretes	70.054	62.829
Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas)	6.046	7.498
Despesas com veículos	6.538	4.962
Despesas com viagens	5.345	4.715
Despesas com aluguel	4.657	5.349
Serviços de telecomunicação	684	708
Despesas tributárias	14.526	9.928
Tabloides	22.489	32.577
Outros	12.097	12.682
Total	1.134.471	1.007.935

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras	(90)	(10)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.003)	(2.185)
Taxas e comissões bancárias	(16.008)	(11.580)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(911)	(831)
Outros	(18.012)	(14.606)
Total das despesas financeiras	(25.004)	(20,835)
Receitas financeiras	2.568	873
Rendimentos e aplicações financeiras	953	2.480
Juros sobre mútuos com empresas relacionadas	362	452
Descontos obtidos	673	1.045
Juros/atualização monetária	4.556	4.850
Total das receitas financeiras	10.112	8,850
Resultado financeiro	(14.892)	(12,038)

21. Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (hedge), quando necessário. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** A Companhia possui parte de suas operações vinculadas a moeda estrangeira e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais

	2021	2020
Aplicações financeiras	9,15%	12,16%
Empréstimos e financiamentos	12,16%	12,16%
Efeito	(155.584)	(18.919)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=D11). A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de câmbio:

	Taxa em Risco	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto	Impacto
Contas a receber de clientes no exterior	5,6	5,3	2.103	11.273	10.669	8.002	5.334
Fornecedores no exterior	5,6	5,3	(1.329)	(7.442)	(7.044)	(5.283)	(3.522)
Efeito			774	3.831	3.625	2.719	1.812

Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus). **b. Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **c. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira, através da manutenção do fluxo de caixa de curto e longo prazo. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Empréstimos e financiamentos	11	79.300	169.550
Fornecedores	10	87.510	-
Tributos a recolher	13	4.053	625
Salários e encargos sociais	12	20.797	-
Outros passivos	-	17.007	276
Em 31 de dezembro de 2021		123.739	124.477
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Fornecedores	-	6.529	383
Tributos a recolher	-	20.570	-
Salários e encargos sociais	-	19.157	44
Outros passivos	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		248.216	248.850

22. Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total e apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Nota	2021	2020
Total dos empréstimos	11	248.216	248.850
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	(50.823)	(96.795)
Dívida líquida		197.393	152.055
Total do patrimônio líquido	-	252.118	226.662
Total do capital	-	449.511	378.717
Índice de alavancagem financeira - % (*)	-	43,91	40,15

(*) O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre cálculos de índices financeiros determinados pela Administração.

futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (hedge). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir:

	2021	2020
Ativo circulante	11.736	5.399
Contas a receber de clientes	11.736	5.399
Passivo circulante	7.415	14.239
Fornecedores	7.415	14.239
Passivo não circulante	4.321	14.239

(ii) **Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações. **Análise da sensibilidade:** A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte. **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

21. Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (hedge), quando necessário. **a. Risco de mercado:** (i) **Risco cambial:** A Companhia possui parte de suas operações vinculadas a moeda estrangeira e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais

	Taxa em Risco	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto	Impacto
Contas a receber de clientes no exterior	5,6	5,3	2.103	11.273	10.669	8.002	5.334
Fornecedores no exterior	5,6	5,3	(1.329)	(7.442)	(7.044)	(5.283)	(3.522)
Efeito			774	3.831	3.625	2.719	1.812

23. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	2021	2020
Contas a receber de clientes	5	140.507	108.940	108.940
Contas a receber de partes relacionadas	7b	10.948	34.174	34.174
Depósitos judiciais	15b	849	1.195	1.195
Outros créditos	-	3.919	2.488	2.488
Total		155.374	145.603	145.603

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.823	96.795
Total		50.823	96.795

Passivos financeiros

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	2021	2020
Fornecedores	10	126.294	87.510	87.510
Empréstimos e financiamentos	11	248.216	248.850	248.850
Outros passivos	-	19.157	17.007	17.007
Total		393.667	353.367	353.367

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros.

24. Seguros
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importância segura
Incêndio de bens do ativo imobilizado	140.000
Danos elétricos	500
Equipamentos eletrônicos - sem roubo	300
Equipamentos estacionários - sem roubo	8.000
Equipamentos móveis com roubo	300
Roubo ou furto	50
Equipamentos portáteis território mundial	10
Lucros cessantes	45.750
Responsabilidade civil	1.000
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e ou industriais	3.000
Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado etc.)	50.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

25. Eventos subsequentes
A Companhia realizou uma emissão de uma Oferta Pública de Distribuição dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 18ª (Décima Oitava) Emissão da True Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Companhia, no valor de R\$ 218.414 com prazo de 06 anos para pagamento e taxa de IPC-A + 6,3104%. Durante o processo de emissão, a Companhia também obteve atribuição de Rating A+(br) da Fitch Ratings, com perspectiva estável, sendo esta a classificação para a emissão.

26. Informações adicionais
A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros.

27. Informações adicionais
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

28. Informações adicionais
O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

29. Informações adicionais
A Companhia realizou uma emissão de uma Oferta Pública de Distribuição dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 18ª (Décima Oitava) Emissão da True Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Companhia, no valor de R\$ 218.414 com prazo de 06 anos para pagamento e taxa de IPC-A + 6,3104%. Durante o processo de emissão, a Companhia também obteve atribuição de Rating A+(br) da Fitch Ratings, com perspectiva estável, sendo esta a classificação para a emissão.

30. Informações adicionais
A Companhia realizou uma emissão de uma Oferta Pública de Distribuição dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 18ª (Décima Oitava) Emissão da True Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Companhia, no valor de R\$ 218.414 com prazo de 06 anos para pagamento e taxa de IPC-A + 6,3104%. Durante o processo de emissão, a Companhia também obteve atribuição de Rating A+(br) da Fitch Ratings, com perspectiva estável, sendo esta a classificação para a emissão.

Ricardo Oliveira Selmi
Diretor Presidente

Ricardo Caveanha Bizagatto
Diretor Financeiro

João Antonio Denadae
CRC 1SP205278/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de março de 2021, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

licuidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a

eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações de demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes